

Brasília, Patrimônio Mundial da UNESCO: entre Cidade Modern(ist)a e Cidade Histórica (1981-1990)¹

Brasília, UNESCO World Heritage: between Modern(ist)a and Historic City (1981-1990)

Vinicius José Mira²
Fernando Cesar Sossai³
Diego Finder Machado⁴

Resumo: Este artigo analisa o processo de reconhecimento do Conjunto Urbanístico da cidade de Brasília como patrimônio mundial da UNESCO. Nessa direção, o texto visa responder às seguintes questões: como se deu o processo de reconhecimento de Brasília como patrimônio mundial da UNESCO (1981-1990)? Quais valores excepcionais de Brasília foram identificados e classificados pelos experts envolvidos nessa avaliação? De que maneira se deu o reconhecimento de bens de origem recente (arquitetura do século XX), na década de 1980, junto ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO? Metodologicamente, o texto se vale de ampla pesquisa documental em fontes primárias custodiadas pelo Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO. O artigo encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, posicionamos historicamente a cidade de Brasília, problematizando-a como cidade modern(ist)a e cidade histórica. Na segunda, discutimos a noção de patrimônio mundial e o reconhecimento de bens arquitetônicos do século XX no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial. Na terceira, promovemos um estudo da campanha para a patrimonialização de Brasília na UNESCO. No final, concluímos o artigo com uma reflexão sobre as possibilidades de novas pesquisas no que diz respeito à Brasília como patrimônio mundial da UNESCO.

Palavras-chave: Brasília; Patrimônio Mundial da UNESCO; Patrimônio Cultural

Abstract: This article analyzes the process of listing of the Brasilia Urban Ensemble as UNESCO world heritage site. The article's goal is to answer the following questions: how did the process of recognizing Brasilia as a UNESCO world heritage site (1981-1990) take place? Which outstanding values of Brasília were identified and listed by the experts involved in this evaluation? How did the recognition of properties of recent origin (20th Century architecture) take place, in the 1980s, into the UNESCO World Heritage Committee? Methodologically, the article was elaborated based on a broad documentary research, particularly using primary sources available on UNESCO World Heritage Center website. The article is divided into four parts. First of all, we debated the Brasilia's history, problematizing it as a modern(ist) and historical city. In the second part, we discussed the notion of world heritage and the recognition of architectural assets of the 20th century within the scope of the UNESCO World Heritage Committee. After that, we undertake a study of the campaign for the patrimonialization of Brasilia at UNESCO's framework. At the end, we conclude the article with a reflection on the possibilities of new research regarding Brasilia as a UNESCO world heritage site.

Keywords: Brasília; UNESCO World Heritage; Cultural Heritage.

Resumen: Este artículo analiza el proceso de reconocimiento del Conjunto Urbano de la ciudad de Brasilia como Patrimonio Mundial de la UNESCO. El objetivo del artículo es contestar a las siguientes preguntas: ¿cómo

¹ Este artigo vincula-se ao projeto de pesquisa intitulado “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do Patrimônio Mundial (1990-2020)”, financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville (Univille), bem como se associa aos estudos empreendidos pelo grupo de pesquisa Cidade, Cultura e Diferença da Univille (<https://gpccd.org/>).

² Graduando em História pela Univille. Contato: viniciusmira1987@gmail.com

³ Professor do curso de História e do PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Coordenador do projeto de pesquisa “Pelos bastidores...”. E-mail: fernandosossai@gmail.com

⁴ Professor do curso de História e do PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. E-mail: diego_finder@yahoo.com.br

desarrolló el proceso de reconocimiento de Brasilia como Patrimonio Mundial de la UNESCO (1981-1990)? ¿Qué valores excepcionales de Brasilia fueron especificados por los expertos involucrados en esa evaluación? ¿Cómo fue el reconocimiento de bienes de origen reciente (arquitectura del siglo XX), en los años 1980, por parte del Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO? Metodológicamente, el artículo ha sido elaborado en base de una amplia investigación documental, sobre todo examinando un conjunto diversificado de fuentes primarias investigadas en la web del Centro del Patrimonio Mundial de la UNESCO. El artículo se divide en cuatro apartados. En el primer, reflexionamos sobre el histórico de la ciudad de Brasilia, problematizando su historia como una ciudad modern(ist)a. En el segun, discutimos la noción de patrimonio mundial y el reconocimiento de los bienes arquitectónicos del siglo XX en el ámbito del Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO. En el tercer, analizamos la campaña de patrimonialización de Brasilia en el ámbito de la UNESCO. Al final, concluimos el artículo con una reflexión sobre las posibilidades de nuevas investigaciones respecto Brasilia como patrimonio mundial de la UNESCO.

Palabras claves: Brasília; Patrimonio Mundial de la UNESCO; Patrimonio Cultural.

1. Introdução

O Conjunto Urbanístico da cidade de Brasília foi reconhecido como patrimônio mundial da UNESCO em dezembro de 1987, na 11ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial. Nesse processo, convergiram os trabalhos de experts do patrimônio, gestores públicos e agentes diplomáticos do Brasil em uma campanha pela indicação do patrimônio da cidade à Lista do Patrimônio Mundial.

O texto ora apresentado visa discutir algumas questões centrais envolvidas com a campanha, quais sejam: como se deu o processo de reconhecimento de Brasília como patrimônio mundial da UNESCO (1981-1990)? Quais valores excepcionais foram elencados pelo parecer dos experts acerca do patrimônio envolvido nessa avaliação? De que maneira se deu o reconhecimento de bens de arquitetura contemporânea⁵ (arquitetura do século XX), no transcurso da década de 1980, no Comitê do Patrimônio Mundial?

Metodologicamente, a pesquisa que culminou neste artigo se valeu, inicialmente, do estudo e interpretação da historiografia e referenciais teórico-metodológicos pertinentes. Para tal, foi efetuada a sistematização do conteúdo de artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses, por meio do fichamento. Além disso, foram realizados o estudo e a análise de fontes primárias⁶ disponíveis para a consulta online no acervo do Centro do Patrimônio Mundial (<https://whc.unesco.org/en/documents/>). Em sua maioria, as fontes analisadas se constituem de atas de Sessões Ordinárias do Comitê do Patrimônio Mundial, do Escritório do

⁵ Opta-se pelo uso desse termo na análise das fontes porque é dessa forma que aparece na documentação pesquisada, mas, em outros casos, será utilizado “bens de origem recente”.

⁶ Todos os trechos das fontes primárias em língua estrangeira (inglês e francês) citados literalmente no texto foram traduzidos pelos autores.

Patrimônio Mundial e de encontros do ICOMOS que correspondem ao recorte temporal 1981-1990. Tal estudo foi sistematizado por meio de ficha de análise que privilegiou os tópicos mais pertinentes à pesquisa, tais como as menções ao Brasil e à candidatura de Brasília; e as discussões sobre a inclusão de cidades históricas e bens de arquitetura contemporânea na Lista do Patrimônio Mundial.

O artigo encontra-se organizado em quatro partes. Na primeira, refletimos a respeito da cidade de Brasília, posicionando-a historicamente e problematizando-a como cidade modern(ist)a⁷ e de cidade histórica. Na segunda, discutimos a noção de patrimônio mundial e promovemos uma análise sobre o reconhecimento de bens arquitetônicos de origem recente no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO no transcurso da década de 1980. Na terceira, promovemos um estudo sobre a campanha de patrimonialização de Brasília empreendida no âmbito da UNESCO. Na quarta e última parte, promovemos uma reflexão sobre as possibilidades de novas pesquisas no que diz respeito à Brasília como patrimônio mundial.

Por fim, destacamos que a dicotomia “Cidade Modern(ist)a x Cidade Histórica” presente no título do artigo não é entendida como uma oposição binária. Ou seja, não se trata de categorias excludentes. Entendemos que a cidade de Brasília, na condição de um patrimônio cultural, é dotada de vários tons de cores. Essas tonalidades situadas nas intersecções das duas categorias serão analisadas no decorrer deste texto, em especial no próximo item.

2. A cidade histórica e modern(ista) de Brasília

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek⁸ (1956-1961), também conhecido como JK, sendo desde então a capital federal do Brasil. A ideia de construção da cidade foi incorporada por Juscelino Kubitschek ao seu plano de governo ainda durante a campanha eleitoral, em meados de 1955, e acabou se

⁷ Entendemos Brasília como um projeto político-econômico de cidade moderna (modernidade) e um projeto arquitetônico-urbanístico de cidade modernista (modernismo). Dessa forma, usa-se o termo “modern(ist)a” para se referir aos dois projetos supracitados. Quando for feita menção a apenas um deles será utilizado modernidade ou modernismo.

⁸ Juscelino Kubitschek (1902-1976), também conhecido como JK, foi um médico e político mineiro, Deputado Federal por Minas Gerais (1935-1937 e 1946-1950), Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), Governador de Minas Gerais (1951-1955), Senador de Goiás (1961-1964) e Presidente do Brasil (1956-1961). Seu governo é conhecido por uma política econômica desenvolvimentista, pela construção de Brasília e pelo slogan de campanha “50 anos em 5” (FGV, 2001).

tornando a grande bandeira de seu mandato (KUBITSCHEK, 2000). Para ele, construir a capital no interior do país significava investir em um projeto de sociedade e em um programa político de modernidade (VIDAL, 2009).

Para proceder com a construção e gerenciamento da cidade, foi constituída a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. A concretização de Brasília também contou com os arquitetos e urbanistas Oscar Niemeyer⁹ e Lúcio Costa¹⁰, esse foi o vencedor do concurso para escolha do plano de ordenamento urbano da cidade, enquanto aquele foi Chefe do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da NOVACAP, sendo responsável pelo projeto de grande parte dos edifícios públicos da cidade (Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Palácio do Itamaraty, Catedral Metropolitana de Brasília, entre outros).

Geograficamente, Brasília se localiza no Planalto Central do Brasil, na região Centro-Oeste do país, em uma área pouco habitada até sua construção¹¹. As duas capitais anteriores do Brasil, Salvador (1549-1763) e Rio de Janeiro (1763-1960), se localizavam no litoral, região que, historicamente, possuiu as maiores densidades demográficas do país. Segundo o próprio JK:

Durante toda a sua História - do Descobrimento até o meu Governo - vivemos, para aproveitar aqui uma observação do nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, "arranhando a areia das praias, como caranguejos". O litoral foi de fato uma monovidência nacional (KUBITSCHEK, 2000, p.11).

Dessa forma, interiorizar a capital era, acima de tudo, um projeto de integração (demográfica, política e socioeconômica) nacional. Nessa direção, esse projeto de modernização do país, materializado na nova capital, olhava em direção ao futuro, mas também

⁹ Oscar Niemeyer foi um arquiteto brasileiro que participou da elaboração do projeto do Ministério da Educação e Cultura do Brasil no Rio de Janeiro, em parceria com o arquiteto franco-suíço Le Corbusier; do Conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais; e se dedicou à projeção arquitetônica da capital federal do Brasil (BENEVOLO, 2001).

¹⁰ Lúcio Costa foi um arquiteto brasileiro formado na Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, tendo se tornado diretor da instituição posteriormente. Costa é muito conhecido pelo Edifício do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, no Rio de Janeiro, pela sua atuação nas décadas iniciais de funcionamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e pelo plano urbanístico da nova capital brasileira, Brasília. (FGV, 2001).

¹¹ Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1950, sinaliza que a densidade demográfica da região Centro-Oeste era de 0,94 hab/km², enquanto a média nacional era 6,22hab/km² (IBGE, 1951).

recorrentemente para o passado, buscando legitimações retóricas e linearidades temporais teleológicas de Brasília.

Doravante, tentaremos evidenciar a dimensão de Cidade Modern(ist)a e de Cidade Histórica de Brasília, não admitindo uma oposição binária nessa dicotomia, conforme já mencionado.

O Governo do Presidente Juscelino Kubitschek é muito lembrado pelo seu slogan de campanha “50 anos em 5”, em que a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico com uma política de industrialização visava colocar o Brasil no caminho da modernidade (VIDAL, 2009).

Para tal, Juscelino Kubitschek se valia de seu Plano de Metas, um conjunto de 31 objetivos incluindo a meta-síntese, Brasília, que visava abandonar o equilíbrio cambial vigente, em prol da industrialização do Brasil financiada pelo capital estrangeiro para viabilizar obras de infraestrutura nas áreas de energia, transportes e indústrias de base, sendo muitas delas associadas à construção de Brasília (CASALECCHI, 2002). Nessa direção, Juscelino Kubitschek entendia Brasília como ponto imprescindível para a ascensão de um novo Brasil, um país moderno que, aliado ao seu Plano de Metas, “imporia uma correção aos desvios do processo evolutivo e representaria uma nova força posta à disposição da integração nacional” (KUBITSCHEK, 2000, p.82).

Não obstante ao fato de ser um projeto político-econômico de modernização, Brasília também foi um projeto arquitetônico-urbanístico do modernismo. O Plano Piloto de Lúcio Costa, declarado vencedor do concurso para ordenamento urbano da capital em 1957, era dotado de diversas características que sinalizam a sua filiação modernista¹². A divisão da cidade em quatro escalas conforme suas funcionalidades (Escala Residencial, Monumental, Gregária e Bucólica), fora bastante influenciada pela concepção urbana funcionalista dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e de seu manifesto, a Carta de Atenas, de 1933

¹² Conforme destaca Perpétuo (2015, p.63), “Os CIAMs, a Carta de Atenas e Le Corbusier comporiam o pilar sobre o qual Lucio Costa teria erigido sua obra relacionada à ‘Arquitetura Moderna’ em sua expressão ‘genuína’ – por extensão, em sua pureza de conteúdo.” Por outro lado, “o DNA tupiniquim de Brasília está em relação parelha com referências internacionais – do presente e do passado –, recusando a suserania europeia para com sua brasilidade.” (PERPÉTUO, 2015, p.64). Na mesma direção, Vidal (2009) sinaliza que Costa e Niemeyer se colocam como descendentes dos construtores de igrejas barrocas brasileiras, de tal forma que as exigências da modernidade são temperadas com características próprias da originalidade cultural brasileira.

(REIS, 2011), em que se defendeu as quatro funções essenciais da cidade: trabalhar, habitar, circular e recrear-se (CIAM, 1933).

Também influenciada pela Carta de Atenas, as superquadras de Brasília, um conceito de quarteirões arborizados com espaços de livre circulação entre as residências familiares (REIS, 2015), sinalizam uma negação da rua tradicional, um dos princípios básicos da arquitetura modernista, assim como a tentativa de instauração de uma nova prática social, que negava as históricas contradições sociais brasileiras, procurando questionar o papel da propriedade privada em prol das instalações coletivas e da coexistência social (HOLSTON, 1989; VIDAL, 2009).

A arquitetura de Oscar Niemeyer também é um exemplo do modernismo em Brasília. Como o próprio arquiteto destaca, a ideia de unidade e conjunto tem bastante relevância em suas produções. Cabe destacar também que, antes de Brasília, Niemeyer já havia participado do projeto do Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte; do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro; e do prédio da sede da ONU, em Nova York; esses dois últimos em parceria com o arquiteto Le Corbusier.

Embora Brasília tenha sido inaugurada em 1960, a interiorização da capital do Brasil já era discutida pelo menos desde o século XVIII, quando a cidade do Rio de Janeiro ainda era a sede do governo. Muitas figuras notórias da política brasileira e da sociedade civil defenderam a mudança da capital, dentre elas José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa e Francisco Adolfo de Varnhagen (WESTIN, 2020). Ainda que essas figuras sejam próprias do seu tempo, e em alguns aspectos até antagônicas, a narrativa de Juscelino Kubitschek coloca todas elas em um longo percurso teleológico da nova capital do Brasil, que estaria sendo concretizado sob sua gestão. Também a dimensão mítica da capital nos discursos de JK, que situa 21 de abril de 1960 (inauguração de Brasília) como o capítulo mais importante da história da nação depois de 22 de abril de 1500, data do achamento do Brasil por frotas marítimas portuguesas, e 7 de setembro de 1822, dia da proclamação da Independência do Brasil (OLIVEIRA, 2005).

Além dos nomes que defenderam a mudança da capital em outrora, o discurso que legitimava Brasília também se valeu de outras figuras simbólicas nas suas narrativas. As dificuldades de logística enfrentadas nos primeiros meses de obras da nova capital, muito em

função da ausência de estradas trafegáveis na região, eram por vezes equiparadas, por Juscelino Kubitschek, ao que enfrentaram as entradas dos bandeirantes:

“Essa viagem [de transporte de materiais para a construção do Palácio de Tábuas] me fez lembrar, de alguma forma, as entradas dos bandeirantes no século XVIII. Não existiam estradas. Nem pontes sobre os rios. Nem ao menos um trilho contínuo que indicasse a direção a ser seguida. Os expedicionários deixaram-se levar pelo instinto, carregando, nos próprios veículos, a gasolina de que iriam necessitar durante o percurso” (KUBITSCHEK, 2000, p.57-58).

Souza (2007) destaca que a construção da mitologia do bandeirante tal qual conhecemos hoje se deu a partir da Proclamação da República, no fim do século XIX, tendo como ápice a sua evocação na Revolução Constitucionalista de 1932¹³ pelos paulistas. Cabe destacar que o pioneirismo bandeirante também se associa às narrativas mitológicas da origem das cidades mineiras de Ouro Preto, Vila Rica e Diamantina, no período colonial (MACHADO, 2018), essa última onde Juscelino Kubitschek nasceu.

A constituição do discurso favorável à interiorização da capital do Brasil também se valeu de elementos associados à religião cristã. Em agosto de 1883, o sacerdote católico Dom Bosco, fundador da ordem dos Salesianos, teve um sonho-visão sobre uma Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correria leite e mel, localizada na América do Sul entre os paralelos 15° e 20° (KUBITSCHEK, 2000). Brasília é localizada no Paralelo Sul 15° 47' e Dom Bosco é atualmente considerado o santo padroeiro da cidade. Cabe destacar que, em 1950, nas vésperas da construção de Brasília, aproximadamente 75% da população brasileira era de religião católica apostólica romana (IBGE, 1951).

Lúcio Costa, ao elaborar o plano de ordenamento urbano de Brasília vencedor do concurso, também se valeu de vários elementos históricos. O preâmbulo de seu projeto menciona a intenção de José Bonifácio, em 1823, de transferir a capital para o estado de Goiás e de lhe atribuir o nome de Brasília. Além disso, a própria imagem da cidade, do cruzamento

¹³ Conforme Ribeiro (2017, p.228), “em 9 de julho de 1932, o Brasil entrou numa sangrenta guerra civil. A Guerra de 1932, mais conhecida como “revolução constitucionalista de 32”, se estenderia até o dia 2 de outubro do mesmo ano, perfazendo um total de 85 dias de conflito”. Ainda segundo o autor, o nome atribuído ao movimento de 1932 varia de acordo com a interpretação historiográfica (Revolução, Guerra, Levante, etc...), mas Ribeiro (2017) acredita ser mais plausível entendê-lo como uma guerra civil, tendo em vista que o conflito foi conduzido por indivíduos do mesmo Estado.

do Eixo Monumental com o Eixo Residencial-Rodoviário, é inspirada, segundo Costa, no “gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (COSTA, 1991, p.22). Na mesma direção, Laurent Vidal (2009, p. 213) destaca que, ao valor do símbolo da cruz, Costa está inscrevendo a capital na tradição colonial, atualizando o “velho procedimento de posse simbólica das terras virgens”, para servir de tradição à colonização do interior do Brasil. Holston (1989) ressalta que apoiar no sinal da cruz o ato fundador do Plano Piloto é se valer de símbolos sagrados e procedimentos antigos, tanto de Roma, quanto do Egito e da Igreja Católica.

Embora muito influenciado pelo arquiteto Le Corbusier, o arquiteto Oscar Niemeyer privilegiou o simbólico em detrimento do funcional. Para tal, se valeu do concreto armado, uma invenção técnica que permitia uma arquitetura mais plástica, o que acabou se tornando sua marca registrada. Nesse sentido, Costa e Niemeyer se colocam como descendentes dos construtores de igrejas barrocas brasileiras, de tal forma que as exigências da modernidade são temperadas com características próprias da originalidade cultural brasileira. Isso pode ser visto nas colunas do Palácio da Alvorada, por exemplo, onde Niemeyer reivindicou uma intenção plástica com ligação com a arquitetura colonial do Brasil (VIDAL, 2009).

Outro ponto a ser destacado é que é recorrente na arquitetura modernista brasileira a antecipação do reconhecimento como patrimônio, por vezes com uma dimensão preventiva (SILVA, 2019). Aliás, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN foi conduzido predominantemente por arquitetos e intelectuais modernistas em suas primeiras décadas de funcionamento, dentre eles o próprio Lúcio Costa, o que ocasionou, nas palavras de Marins (2016), em vários “autotombamentos”, tendo em vista que os responsáveis pela construção e patrimonialização dos bens eram as mesmas pessoas ou pertencentes de uma mesma escola arquitetônica.

A título de exemplo, nas primeiras décadas do IPHAN foram tombados alguns bens de autoria de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, as figuras mais notórias da escola modernista carioca, como a Igreja São Francisco de Assis no Conjunto Moderno da Pampulha (1947), o Palácio Gustavo Capanema (1948) e o Palácio de Tábuas, o “Catetinho” (1959). Oscar Niemeyer descreve a arquitetura modernista como o ato de “fazer hoje o passado de amanhã” (A VIDA, 2007). Em suma, almejava-se vencer o teste do tempo mesmo antes de se submeter a ele.

Na direção desse reconhecimento da arquitetura modernista pelo próprio IPHAN, Marins (2016) descreveu a indicação de Brasília à Lista do Patrimônio Mundial, na década de 1980, como parte de um processo de reconsagração dos bens emblemáticos da escola modernista carioca, aproveitando-se da chancela internacional da UNESCO. Passemos, então, para a análise dessa categoria de reconhecimento de bens, isto é, o patrimônio mundial da UNESCO.

3. A noção de patrimônio mundial e o reconhecimento de Cidades Históricas e de bens de Arquitetura Contemporânea na UNESCO

A noção de patrimônio mundial diz respeito à chancela internacional atribuída pela UNESCO a bens considerados de valor universal excepcional e cuja preservação é, supostamente, de interesse global. Essa noção foi estabelecida pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972. Tal Convenção foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977, e promulgada por meio do Decreto Presidencial nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Conforme o artigo 1º da convenção, são considerados patrimônios mundiais desde uma perspectiva cultural:

[...] os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 2).

Conforme destaca Scifoni (2003), a emergência da ideia de um patrimônio universal está muito ligada ao processo de mundialização de valores ocidentais de preservação, em que a monumentalidade já era uma condição *sine qua non* do reconhecimento de bens. Da mesma forma, Peixoto (2002, p. 39) afirma que o status de patrimônio mundial de um bem funciona como uma “distinção e a referência simbólica e emblemática por excelência dos processos de patrimonialização”.

No recorte temporal analisado por esse artigo (1981-1990), o Comitê se reunia ordinariamente duas vezes no ano: no primeiro semestre, no Escritório do Comitê do Patrimônio Mundial, onde normalmente se faziam as análises das candidaturas, e no segundo semestre, na Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, quando se votavam as indicações.

Cabe destacar que, embora a Convenção seja datada de 1972, a primeira Lista do Patrimônio Mundial só foi aprovada em 1978. Dessa forma, no decorrer da década de 1980 foram empreendidas discussões no sentido de elucidar certas possibilidades de aplicação da Convenção, como, por exemplo, quanto à inscrição de paisagens rurais¹⁴, discutida pelo Comitê em 1987; quanto à submissão da Lista de Tentativas de bens para inscrição como patrimônio mundial, em um encontro entre países europeus¹⁵ (Bulgária, França, República Federal da Alemanha, Grécia, Itália, Espanha, Suíça e Turquia) organizado pelo ICOMOS, em 1984; em relação à aplicação dos valores culturais e de autenticidade às Cidades Históricas¹⁶, discutida pelo ICOMOS em 1984; e quanto ao reconhecimento de bens de Arquitetura Contemporânea como patrimônio mundial¹⁷, discutido em 1986.

Quanto à última questão, a discussão sobre o reconhecimento de bens arquitetônicos de origem recente no Comitê do Patrimônio Mundial começou a ganhar fôlego a partir de maio de 1981, na 5ª Sessão do Escritório do Comitê do Patrimônio Mundial, quando a Austrália indicou como bem um conjunto da baía da cidade de Sydney que incluía a Sydney Opera House e a Ponte do Porto de Sydney¹⁸, ambas construções do século XX. Na documentação atinente consta um parecer do Comitê do Patrimônio Mundial que considerou que

¹⁴ A categoria paisagem rural foi criada para lidar com bens que possuíssem elementos culturais e naturais de considerável importância, mas que não apresentam valor excepcional universal quando considerados separadamente. A questão surgiu em 1984, quando o Comitê do Patrimônio Mundial sinalizou a dificuldade em reconhecer áreas com longa história de ocupação humana como bens naturais (UNESCO, 1987d).

¹⁵ O ICOMOS realizou, em abril de 1984, um encontro contando apenas com países europeus, para acertar detalhes, harmonizar e orientar as Listas de Tentativas, de tal modo a conferir uma certa padronização entre os países de um mesmo continente (UNESCO, 1984c).

¹⁶ Em função de uma dificuldade em aplicar critérios culturais e o valor de autenticidade na avaliação de centros históricos, o ICOMOS promoveu um estudo sobre o tema (UNESCO, 1984b).

¹⁷ Questão surgida em 1981, a partir da tentativa de inscrição de um conjunto da baía da cidade de Sydney, Austrália, que incluía a Sydney Opera House e a Ponte do Porto de Sydney, ambas construções do século XX. A discussão só se deu em 1986, visando elucidar as possibilidades de aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial no que diz respeito aos bens arquitetônicos do Século XX (UNESCO, 1986a).

¹⁸ O nome do bem que consta na documentação em língua inglesa é “Sydney Opera House in its setting with the Sydney Harbour Bridge and the surrounding waterways of Sydney Harbour from Bradley's Head to McMahon's Point” (UNESCO, 1981a)

“estruturas modernas só deveriam ser aceitas quando houvesse clara evidência que elas estabeleceram, ou foram exemplos excepcionais, de um distintivo estilo arquitetônico. De qualquer forma, o Escritório expressou interesse nas características excepcionais do Porto de Sydney, assim como na baía e no sítio do primeiro assentamento europeu permanente na Austrália. Tal indicação poderia incluir estruturas como a Opera House e a Ponte do Porto de Sydney, mas elas não constituiriam os elementos primários” (UNESCO, 1981, p.8).

Dessa forma, aquele Escritório sinalizou certa abertura às indicações de estruturas modernas, contanto que a candidatura evidenciasse claramente o valor excepcional de um estilo arquitetônico distintivo, embora, no caso de Sydney, a prioridade deveria ser dada para o primeiro assentamento europeu na Austrália e a Baía de Sydney (UNESCO, 1981a).

Em outubro de 1981, na própria cidade de Sydney, foi realizada a 5ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial. Na ocasião, a Austrália acabou retirando a candidatura do conjunto da baía de Sydney, sinalizando que enviaria uma nomeação revisada no devido tempo, o que acabou acontecendo em 2007, quando a Sydney Opera House foi reconhecida como patrimônio mundial. Ainda durante a 5ª Sessão, o Comitê solicitou que o “ICOMOS prepare para o próximo encontro do Escritório um guia para avaliação de estruturas arquitetônicas recentemente concluídas” (UNESCO, 1981b, p.15).

A discussão dessas estruturas arquitetônicas acabou só sendo realizada em maio de 1986, quando o ICOMOS elaborou o documento “Contemporary Architectural Structures”, que foi apresentado na 10ª Sessão do Escritório. Entre outras coisas, o documento definiu que “no presente período de implementação da Convenção, Arquitetura Contemporânea vai ser definida como obras do século XX” (UNESCO, 1986a, p.2). Além disso, o documento apresentou um recorte temporal mais amplo:

“Ponto inicial temporal: em vista que os bens têm relação com a industrialização, algumas obras do Século XIX, e em alguns casos mesmo do Século XVIII, representativas desse fenômeno podem ser tomadas como marcos em uma evolução histórica ou tipológica.

Ponto final temporal: A fim de assegurar perspectiva suficiente em avaliar a influência e importância de obras de Arquitetura Contemporânea, somente aquelas edificações que foram construídas há mais de 25 anos atrás serão consideradas para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial” (UNESCO, 1986a, p.2).

Dessa forma, poderiam ser incluídas edificações de no mínimo 25 anos de idade (datados de pelo menos 1961, nesse caso), para que haja como avaliar a importância e influência do bem. Além disso, o documento diz que devem ser considerados conjuntos urbanos que se enquadrem no escopo da tipologia de “cidade” e “Arquitetura Moderna”. No que diz respeito às candidaturas, o documento dispõe que deveriam ser escolhidos somente:

- “a) aquelas obras que são mais representativas para nossa história e nossa sociedade;
- b) os mais excepcionais elementos de importantes movimentos distintos de Arquitetura Contemporânea não encontrados em períodos anteriores (como as consequências tecnológicas, sociológicas e filosóficas da era industrial transformaram elementos básicos da arquitetura);
- c) as obras que representam o alvorecer ou o apogeu de uma tendência;” (UNESCO, 1986a, p.3).

Na ocasião da apresentação do documento, na 10ª Sessão do Escritório, foi destacada a necessidade de uma aplicação rigorosa dos critérios de avaliação existentes, de tal modo que se selecione apenas as estruturas arquitetônicas contemporâneas excepcionais.

Cabe destacar que em 1984, dois anos antes dessa recomendação, o Comitê do Patrimônio Mundial já havia reconhecido um bem arquitetônico do Século XX. Tratava-se do conjunto das “obras arquitetônicas de Gaudí (Parque Güell, Palácio Güell, Casa Mila)”, de trabalhos do arquiteto catalão Antoni Gaudí¹⁹ (ICOMOS, 1984).

Na ocasião, o parecer de avaliação do bem não mencionou a categoria “Arquitetura Contemporânea”. A recomendação do ICOMOS em relação ao critério de excepcionalidade IV do bem²⁰, pondera que “é um eminente e bem preservado exemplo da ideal cidade-jardim sonhado pelos urbanistas do fim do Século XIX” (ICOMOS, 1984, p. 3). Dessa forma, embora dois bens do conjunto tenham sido construídos no Século XX, o Parque Güell (1900-1914) e a Casa Mila (1906-1910), eles representam movimentos arquitetônicos do século XIX

¹⁹ Antoni Gaudí (1852–1926) foi um arquiteto catalão do fim do Século XIX e início do Século XX. Seu trabalho é um exemplo notável de várias escolas artísticas do Século XIX, como o Simbolismo, Expressionismo e Racionalismo, tendo sido bastante influente para o advento da Arquitetura do Século XX. O bem inscrito em 1984 era denominado “Obras Arquitetônicas de Gaudí (Parque Güell, Palacio Güell, Casa Mila), Barcelona”. Em 2005, houve o reconhecimento de uma extensão do bem, que passou a ser chamado de Obras de Antoni Gaudí, agora englobando também Casa Vicens; Fachada da Natividade e Cripta da Sagrada Família; Casa Batlló e Cripta da Colônia Güell (ICOMOS, 2005)

²⁰ Que sinaliza que o bem é “um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre um significativo estágio da história humana” (UNESCO, 2019, p.25)

(Simbolismo, Expressionismo e Racionalismo), o que faz com que o bem não se enquadre no entendimento de Arquitetura Contemporânea do ICOMOS.

Em se tratando do reconhecimento de cidades históricas, foi alegado na 7ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1983, por parte do ICOMOS, uma dificuldade em aplicar critérios culturais e o valor de autenticidade na avaliação dessa categoria de bens (UNESCO, 1984a). Para lidar com o problema, o ICOMOS desenvolveu um estudo sobre o assunto, às vésperas da 8ª Sessão Ordinária, em outubro de 1984. Os resultados foram socializados na sessão supracitada pelo representante do ICOMOS no encontro, o brasileiro Augusto Carlos da Silva Telles²¹. O estudo definiu que as cidades históricas podem ser divididas em três categorias principais, quais sejam:

“I - cidades que não são mais habitadas, mas que fornecem evidência arqueológica imutável de um passado; essas geralmente cumprem o critério geral de autenticidade e podem ser facilmente administradas;

II – cidades históricas que ainda são habitadas e que, por sua própria natureza, tem se desenvolvido e vão continuar se desenvolvendo sob a influência da mudança cultural e socioeconômica, uma situação que torna a avaliação de sua autenticidade mais difícil e qualquer política de conservação mais problemática;

III – novas cidades do Século XX que paradoxalmente tem alguma coisa em comum com ambas as categorias supracitadas: enquanto sua organização urbana é claramente reconhecível e sua autenticidade é inegável, seu futuro é obscuro porque seu desenvolvimento não pode ser controlado” (UNESCO, 1984b, p.4).

Na continuidade, o documento do ICOMOS ainda informava que era difícil avaliar as cidades do século XX, tendo em vista que “só a História dirá qual delas vai melhor servir como exemplo do planejamento contemporâneo de cidades” (UNESCO, 1984b, p.5). Ou seja, era necessário primeiro resistir ao teste do tempo para depois passar pelo processo de candidatura na UNESCO.

A recomendação também destacava que, na presente condição, as candidaturas de cidades do século XX deveriam ser arquivadas até que todas as cidades históricas tradicionais fossem avaliadas, tendo em vista que essas são mais vulneráveis que aquelas. Além disso, a

²¹ Augusto Carlos da Silva Telles (1923-2012) atuou como arquiteto do IPHAN entre 1957 e 1988, além de presidente do órgão entre 1988 e 1989. Também foi presidente do Comitê Brasileiro do ICOMOS, entre 1978 e 1982, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e representante brasileiro junto ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, entre 1982 e 1989 (IPHAN, 2012)

medida de reconhecimento de cidades do Século XX deveria permanecer limitada, “em vista dos efeitos que a inclusão de uma cidade na Lista do Patrimônio Mundial poderia ter no seu futuro” (UNESCO, 1984b, p.6). Também, o ICOMOS pontuou que, antes de incluída na Lista, a cidade deve possuir legislação e medidas administrativas para “assegurar a proteção do bem e de seu ambiente” (UNESCO, 1984b, p.6).

Seja como for, o ICOMOS já estava discutindo o reconhecimento de cidades do século XX em 1984, quando, ao que tudo indica, essa pauta não era considerada prioritária de nenhum Estado-parte da Convenção do Patrimônio Mundial. Cabe destacar também que nos anos seguintes, grande quantidade de cidades históricas foram reconhecidas como patrimônio mundial, inclusive o Centro Histórico de Salvador (Brasil) e o Distrito Velho de Québec (Canadá), candidaturas por meio das quais, em 1983, se notou a necessidade de maior clareza na avaliação das cidades históricas.

Além disso, destacamos as discussões promovidas pelo ICOMOS na sua 8ª Assembleia Geral, em outubro de 1987, que tiveram como produto a Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, também conhecida como Carta de Washington, de 1987, que dispõe sobre a salvaguarda das Cidades Históricas, apresentando um entendimento de que “em resultado de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, todas as cidades do mundo são a expressão material da diversidade das sociedades através da história, sendo, por esse fato, históricas” (ICOMOS, 1987a, p.1). Em linhas gerais, toda cidade é histórica, independente da sua antiguidade e monumentalidade.

Inoue (2018) sinaliza que a Carta de Washington atua como complemento da Carta de Veneza, de 1964, e da Recomendação de Nairóbi, de 1976. O documento reforça que o êxito da preservação das cidades históricas deve estar ligado às políticas de desenvolvimento socioeconômico e de planejamento físico territorial em todos os níveis. A visão de Inoue (2018) se assemelha a de Michel Parent, presidente do ICOMOS no momento da elaboração da Carta de Washington, quando o mesmo sinalizou que a referida carta oferecia solução para um problema (gestão das cidades históricas), que já preocupava desde à época de elaboração da Carta de Veneza (PARENT, 1987).

Tendo já posicionado a cidade de Brasília historicamente e analisado a categoria patrimônio mundial, abordaremos agora a intersecção dos dois tópicos anteriores, o processo

de reconhecimento do conjunto urbanístico da cidade de Brasília como patrimônio mundial da UNESCO.

4. Brasília, Patrimônio Mundial

Brasília foi reconhecida como patrimônio mundial em 7 de dezembro de 1987, em função do seu valor excepcional universal expresso nos critérios de excepcionalidade I e IV que sinalizam, respectivamente, que o bem representa “uma obra-prima do gênio criativo humano” e “um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre um significativo estágio da história humana” (UNESCO, 2019, p.25).

A candidatura de Brasília foi promovida, em linhas gerais, por três agentes principais: o Governo do Distrito Federal, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília). Nessa direção, embora a campanha para o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial tenha se iniciado de fato em dezembro de 1985, o GT-Brasília já desempenhava suas funções desde 1981. O grupo contava com a participação de profissionais do Governo do Distrito Federal, do IPHAN e da Universidade de Brasília, aliando interesse de técnicos do patrimônio e de autoridades do governo para pensar a preservação da cidade, especialmente em função de um perigo de descaracterização de Brasília causado pela especulação imobiliária (SILVA, 2019).

Entendemos que a campanha para o reconhecimento de Brasília como patrimônio mundial teve início em dezembro de 1985, tendo em vista que na data o então Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, visitou o diretor-geral da UNESCO, Sr. Amadou-Mahtar M’Bow²², e defendeu que “não somente os bens seculares, mas também os monumentos contemporâneos deveriam obter a proteção da UNESCO” (PERALVA, 1988, p.91). Embora o estudo sobre a questão da inclusão de bens de Arquitetura Contemporânea já havia sido solicitado para o ICOMOS na 5ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial (outubro

²² Amadou-Mahtar M’Bow é um acadêmico e político senegalês. Formado na Sorbonne, em Paris, lecionou geografia e história no Senegal, sendo, posteriormente, Ministro da Educação e Cultura (1952-1957). Foi membro da Assembleia Nacional, como Ministro da Educação Nacional (1966-1968) e Ministro da Cultura e Juventude (1968-1970). A partir de 1966, atuou no Conselho Executivo da UNESCO como representante de seu país. Posteriormente, se tornou Diretor-Geral Adjunto de Educação em 1970 e, em 1974, foi eleito Diretor-Geral da UNESCO, tendo exercido o cargo até 1987 (WHC, 2009).

de 1981), a discussão só foi empreendida no 10º Encontro do Escritório do Comitê do Patrimônio Mundial, em maio de 1986, a primeira reunião ordinária do Comitê após o encontro do Governador com o Diretor-Geral da UNESCO, em dezembro de 1985. Nessa direção, é provável que exista uma relação entre o encontro e a discussão, tendo em vista que Amadou-Mahtar M'Bow pontua que:

“Desde o começo, havia uma tendência do Comitê do Patrimônio, efetivamente, de levar em consideração, essencialmente o patrimônio antigo, [inaudível] muito antigo. E fui eu quem interveio pela primeira vez para que se inscreva um patrimônio recente, quer dizer, a cidade de Brasília. Eu considerava, de fato, que Brasília era evidentemente típica da arquitetura moderna contemporânea e da arquitetura e urbanização contemporânea. [...] Então, eu insisti na época e nós inscrevemos a cidade de Brasília.” (M'BOW, 2009).

Além disso, na 10ª Sessão do Escritório, a delegação brasileira se ofereceu para sediar e custear as despesas da 10ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, a ser realizada em novembro do mesmo ano, caso o debate da questão de inclusão de bens de arquitetura contemporânea estivesse na agenda do encontro (UNESCO, 1986b). O Escritório julgou que o exame da questão era prematuro e considerou mais apropriado aceitar o convite depois de já ter estudado a questão.

Seja como for, na 10ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, Brasília é incluída na lista de tentativa de bens a serem inscritos do Brasil. Na mesma Sessão, a delegação brasileira também sinalizou que quer continuar fazendo contribuições financeiras voluntárias significativas (UNESCO, 1986c). Conforme Peralva (1988), foi a partir daí que o Ministério da Cultura do Brasil recebeu da UNESCO os formulários para inscrição de bens, que foi encaminhado para o GT-Brasília tomar as providências. Foram elaborados dois volumes de documentação que foram enviados para avaliação da UNESCO.

No encontro ordinário seguinte do Comitê do Patrimônio Mundial, o 11º Escritório, realizado em junho de 1987, foi recomendada a inscrição de Brasília, com a condição que se adote legislação de salvaguarda (UNESCO, 1987b). Cabe destacar que o documento produzido pelo ICOMOS em 1984, que dispunha sobre a preservação das Cidades Históricas (incluindo as cidades do Século XX), já colocava a existência de uma legislação de proteção como medida imprescindível para o seu reconhecimento. A delegação brasileira destacou que o texto solicitado deve chegar no outono (a partir de setembro, nesse caso) e sinalizou o desejo de fazer

uma contribuição voluntária de pelo menos 1% do seu orçamento da UNESCO para o Comitê do Patrimônio Mundial naquele ano (UNESCO, 1987b).

Nesse meio tempo, há uma série de movimentações de bastidores, incluindo as atividades do Ministério da Relações Exteriores (Itamaraty), por meio da embaixada brasileira na UNESCO, que auxiliou o Governo do Distrito Federal nas tratativas sobre a candidatura de Brasília. A esse respeito, Figueira (2010) destaca que a partir da década de 1980 é recorrente o “empréstimo” de funcionários do Itamaraty para prestação de serviços diplomáticos em outras autarquias federais, que é o que acontece nesse caso, quando auxiliaram o Governo do Distrito Federal nas tratativas entre dezembro de 1985 e 1987.

No que diz respeito às contribuições financeiras do Brasil, o relatório de prestação de contas da VI Assembleia Geral da Convenção do Patrimônio Mundial (1987) mostra que entre 1977 e 1985 o Brasil contribuiu voluntariamente (além dos pagamentos obrigatórios dos Estados-parte da Convenção) com US\$ 22.500,00 para o fundo do Patrimônio Mundial. Entre 1986 e 31 de agosto de 1987 o Brasil teria contribuído com US\$ 25.184,00 e entre 31 de agosto e a VI Assembleia (realizada em outubro) o país teria contribuído com mais US\$ 25.132,22 (UNESCO, 1987c). Ou seja, no biênio 1986-1987 o país contribuiu voluntariamente aproximadamente duas vezes mais que nos oito anos anteriores ao período. Cabe destacar que quando a Convenção do Patrimônio Mundial foi aprovada pelo poder legislativo federal no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977, houve ressalva ao parágrafo 1 do art. 16 da Convenção, justamente o trecho que diz respeito às contribuições obrigatórias dos Estados Parte da Convenção. Dessa forma, talvez o Brasil nunca tenha contribuído financeiramente de maneira tão significativa até então para o Comitê do Patrimônio Mundial como o fez entre 1986 e 1987.

No que concerne à avaliação técnica do dossiê da candidatura de Brasília, o parecer de do ICOMOS, datado de outubro de 1987, acaba sendo um compilado do mito fundador²³ de Brasília e das suas excepcionalidades urbanísticas, contemplando os valores de cidade histórica e cidade modern(ist)a. O documento menciona os princípios do urbanismo do Século XX, da

²³ Conforme Vidal (2009, p.244), “a cidade, e mais particularmente a cidade nova, constitui um instrumento privilegiado para a criação de mitos fundadores. O de Brasília deve permitir justamente fundar a nova identidade nacional e a nova cultura brasileira”. Conforme abordado anteriormente, o mito fundador de Brasília envolve os bandeirantes, o sacerdote Dom Bosco, José Bonifácio, Hipólito José da Costa e Francisco Adolfo de Varnhagen, entre outros.

Carta de Atenas, que foram aplicados apenas em Chandigar²⁴, na Índia, e em Brasília; a ancianidade do discurso de mudança da capital, incluindo a Pedra Fundamental de Planaltina (onde deveria se localizar o novo Distrito Federal), posta em 1922, como um símbolo do centenário da Independência do Brasil; a eleição de Juscelino Kubitschek e Brasília como símbolo da sua política de desenvolvimento; a dupla Costa-Niemeyer que já havia trabalhado junta no Edifício Gustavo Capanema; O Plano Piloto, incluindo a alegoria do formato de cruz de quem toma posse de algo, as superquadras, e a arquitetura de Oscar Niemeyer (ICOMOS, 1987b).

No que diz respeito às ameaças à Brasília, o documento menciona a política adotada a partir de 1964 (uma provável referência ao Golpe Militar que instaurou um regime ditatorial que durou 21 anos no Brasil), que dissolveu a equipe original de arquitetos, acarretando problemas que ainda não haviam sido totalmente resolvidos. Na ausência de um código urbano orientador, muitas normas definidas por Costa e Niemeyer estavam sendo infringidas como, por exemplo, construções muito altas em certos setores, ou construções em espaços abertos; modificações na malha viária; entre outras coisas que acabaram modificando a paisagem monumental de Brasília (ICOMOS, 1987b).

Em se tratando da preservação de Brasília, o documento menciona o GT-Brasília e a figura de Aloísio Magalhães²⁵, além de dar ênfase para a proposta de preservação do grupo (ICOMOS, 1987b). Por fim, o ICOMOS sugeriu a inscrição do bem caso haja medidas mínimas legais de preservação da criação de Costa e Niemeyer, tendo em vista que o desejo de preservação do GT-Brasília por si só não constitui elemento seguro (ICOMOS, 1987b).

Em linhas gerais, o parecer do ICOMOS repete as características das Cidades Históricas do Século XX mencionadas na recomendação de 1984 produzida pelo órgão: autenticidade inegável da organização urbana e futuro obscuro, em função do desenvolvimento incontrolado,

²⁴ Chandigar é a capital dos estados do Punjab e de Haryana, na Índia. A cidade foi projetada pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, tendo sido fundada em 1947. Vários princípios da Carta de Atenas são vistos na cidade, sendo o complexo do seu capitólio considerado a mais completa construção dos princípios da Carta. Em 2016, as obras arquitetônicas de Le Corbusier foram reconhecidas como patrimônio mundial, em uma candidatura transnacional que envolveu Argentina, Bélgica, França, Alemanha, Índia, Japão e Suíça. Dentre os 17 sítios contemplados estava o Complexo do Capitólio de Chandigar (ICOMOS, 2016).

²⁵ Pensamos que o apoio na figura de Aloísio Magalhães acaba sendo um recurso para conferir legitimidade ao Grupo de Trabalho. Quando Diretor do IPHAN, Aloísio costumava frequentar as Sessões Ordinárias do Comitê do Patrimônio Mundial. Além disso, no Encontro do Bureau do Comitê após a sua morte, em junho de 1982, foram-lhe conferidas homenagens, o que nos faz pensar que Aloísio era uma figura bem vista no Comitê.

de um bem que só pode ser reconhecido como patrimônio mundial caso haja medidas legais de proteção.

A pendência legal sinalizada pelo ICOMOS foi sanada com o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que é a regulamentação do art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. O Decreto explicita o conceito do bem cultural “Plano Piloto”, entendido como a concepção urbana da cidade de autoria de Lúcio Costa, e delimita o recorte espacial do mesmo, além de determinar que a manutenção do Plano Piloto se dará pela preservação das características das quatro escalas de Brasília (monumental, residencial, gregária e bucólica), sinalizando as características principais de cada uma, além de deliberar sobre a ocupação das áreas do entorno (DISTRITO FEDERAL, 1987).

Brasília foi reconhecida como Patrimônio Mundial na 11ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, em dezembro de 1987. Embora a votação tenha sido unânime, o reconhecimento da cidade não foi tão pacífico quanto parece. Na recomendação para proteção das Cidades Históricas, elaborada pelo ICOMOS, em 1984, consta que deve ser dada prioridade às cidades históricas “tradicionais”, em detrimento das cidades históricas de origem recente (UNESCO, 1984b).

Sobre esse ponto, Cameron e Rössler (2016) destacam que a recomendação elaborada pelo ICOMOS, em 1984, só foi inserida no Guia Operacional em 1987, e distribuída na Sessão Ordinária apenas após aprovada a inscrição de Brasília. Cabe destacar que, o então Diretor-Geral da UNESCO, Sr. Amadou-Mahtar M’Bow, afirmava ter intervindo deliberadamente para o reconhecimento de Brasília, inclusive pontuando que uma possível não inscrição da cidade na Lista do Patrimônio Mundial seria um fracasso da Convenção (M’BOW, 2009).

Brasília foi indicada à condição de Patrimônio Mundial em 7 de dezembro de 1987, com uma poligonal urbana de extensão de 112,25km², sendo um dos primeiros bens de origem recente a lograr a inclusão na lista.

A campanha para reconhecimento de Brasília como patrimônio mundial é muitas vezes atribuída a um grande rompante de pioneirismo e ousadia por parte do então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, em inscrever um patrimônio contemporâneo e modernista em uma categoria de chancela internacional de bens que até então só reconhecia, supostamente, bens com séculos de idade. Cabe destacar que logo em que foi nomeado, José

Aparecido sinalizou ao jornal *Correio Braziliense* que o seu primeiro plano de governo seria “proceder ao tombamento do Plano Piloto para evitar a descaracterização de suas linhas arquitetônicas” (APARECIDO, 1985 apud PERPÉTUO, 2015, p.182). Além disso, no dia seguinte à inscrição de Brasília, José Aparecido publicou um texto no *Jornal Folha de São Paulo*, onde expõe os seus motivos para esse ímpeto preservacionista:

“Certa vez, falando no Palacete Dantas, quando eu era secretário da Cultura de Minas Gerais, Afonso Arinos lembrou ter sido menino numa cidade menina. ‘Belo Horizonte seria a única construção belle-époque do mundo se tivesse preservado o urbanismo e a arquitetura do fim/começo do século’. A advertência do mestre Afonso Arinos foi o sinete do governador do Distrito Federal” (OLIVEIRA, 1987 apud PERALVA, 1988, p.40).

O rompante do governador foi ainda reforçado pela cobertura jornalística da inscrição de Brasília, incluindo congratulações de notórios membros da política e da sociedade civil brasileira. Dentre eles, destacamos Sarah Kubitschek, a viúva de JK; Lúcio Costa, o próprio responsável pela concepção urbana que naquele momento estava sendo reconhecida como Patrimônio Mundial; e o intelectual Darcy Ribeiro, que disse que José Aparecido havia cravado “uma lança na lua” ao lograr o reconhecimento na UNESCO. Em alguns desses depoimentos, a campanha de dois anos para o reconhecimento de Brasília, entre 1985 e 1987, é comparada à campanha de 3 anos para a construção da mesma, de 1957 a 1960²⁶.

No sentido oposto, entendemos que muito mais do que um ponto de inflexão no Comitê do Patrimônio Mundial, que é produto da ousadia do governante do Distrito Federal, Brasília é produto de um longo processo de ampliação da noção de patrimônio.

Nessa direção, Choay (2006) destaca o processo de “inflação patrimonial” ocorrido nas sociedades ocidentais na segunda metade do Século XX, em que a indústria patrimonial passou a ser um empreendimento cada vez mais considerável no orçamento das nações, tendo em vista os lucros e o desenvolvimento que o turismo acarretava. Da mesma forma, Heinich (2014) sinaliza o processo de ampliação da noção de patrimônio, a partir da década de 1970, de ordem cronológica, compreendendo recortes temporais cada vez mais longos dos bens, que incluem, inclusive, o passado recente, e ordem tipográfica, contemplando desde bens monumentais até

²⁶ Destacamos a fala do Desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro, Presidente do Tribunal de Justiça do DF: “Juscelino Kubitschek, nos famosos 1000 dias, construiu a cidade. José Aparecido, em 932, a completou. Entregou-a ao mundo, à humanidade” (CERNICCHIARO 1987 apud PERALVA, 1988, p.43)

o patrimônio vernacular. Ademais, Peixoto (2002) ressalta o processo de corrida ao status de patrimônio mundial a partir da década de 1980 que tem como uma das consequências a elasticidade da noção de patrimônio.

Nesse sentido, o processo de ampliação da noção de patrimônio analisado no recorte temporal desse texto (1981-1990), em relação aos bens arquitetônicos do Século XX, se deu no Comitê do Patrimônio Mundial não como um caminho teleológico, mas como um traçado sinuoso repleto de meandros e desvios que culminou em Brasília, mas não teve nela seu único resultado.

Em 1981, Sydney já havia sido proposta como indicação à condição de patrimônio mundial por parte da Austrália, embora a candidatura não tenha tido prosseguimento. No ano seguinte, a lista de tentativa do Brasil continha o Edifício Gustavo Capanema, notória criação arquitetônica da dupla Costa-Niemeyer. Em 1984, o Comitê do Patrimônio Mundial reconheceu um conjunto de bens arquitetônicos do início do Século XX, de autoria do arquiteto catalão Antoni Gaudí, ao mesmo tempo em que o ICOMOS discutia a inclusão de cidades históricas e considerava que as cidades do Século XX também são passíveis de reconhecimento. Em 1986, o Escritório estava discutindo a inclusão de bens de Arquitetura Contemporânea, com um recorte temporal que alcançava até 1961. Assim como, no final do mesmo ano, Brasília foi incluída na lista de tentativa do Brasil. No ano seguinte, o ICOMOS produziu a Carta de Washington sobre Cidades Históricas, o que significa que a discussão sobre o assunto ainda era recorrente no órgão.

Na mesma direção, dois outros bens reconhecidos em 1987 também dialogavam com a arquitetura do Século XX. O “Centro Histórico da Cidade do México e Xochimilco”, do México, embora seja um bem eminentemente colonial, também possui edifícios públicos do Século XX no seu conjunto. O mesmo vale para o bem “Budapeste, incluindo as margens do Danúbio, o bairro do Castelo de Buda e a Avenida Andrassy”, da Hungria, que tem um recorte temporal eminentemente medieval, mas também possui construções do início do Século XX em seu conjunto.

Da mesma forma, a década de 1990 viu seis bens modernos serem reconhecidos como patrimônio mundial, incluindo candidaturas da Suécia, Alemanha, Espanha e México. No mesmo sentido, só na primeira metade da década de 2000, 15 bens modernos foram

reconhecidos como Patrimônio Mundial (UNESCO, 2006). A ampliação na noção de patrimônio mundial no transcurso da década de 1980 no Comitê do Patrimônio Mundial, sobre os bens de origem recente e os bens arquitetônicos do Século XX, gerou muitos outros resultados além de Brasília.

5. Considerações finais

Esse artigo visou problematizar como se deu o processo de ampliação da noção de patrimônio, que teve como uma das consequências a indicação de Brasília como patrimônio mundial da UNESCO, no transcurso da década de 1980. Nesse sentido, reforçamos a posição de que, muito mais do que um ponto fora da curva no Comitê do Patrimônio Mundial, Brasília foi o resultado de um processo de uma ampliação das possibilidades de aplicação da Convenção de 1972 no que diz respeito aos bens arquitetônicos de origem recente. Nesse sentido, nos valem das contribuições teóricas de Choay (2006), Heinich (2014) e Peixoto (2002) para condução dessa discussão.

Além disso, embora construída e edificada durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), o discurso sobre Brasília se vale de elementos com bastante ancianidade, como a figura dos bandeirantes, de José Bonifácio ou do sacerdote católico Dom Bosco. Essa antiguidade da ideia de mudar a capital do Brasil também esteve presente na candidatura de Brasília na UNESCO, inclusive no parecer do ICOMOS. Ou seja, embora recente, Brasília também era histórica. No mesmo sentido, também analisamos quais características excepcionais de Brasília foram contempladas na avaliação do ICOMOS, especialmente no que diz respeito à criação urbana de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Em relação à dicotomia presente no título, “Cidade Modern(ist)a x Cidade Histórica”, no início do texto asseguramos não a entender como uma oposição binária, visando buscar os vários tons de cores, ao invés do preto ou branco. Nessa direção, Brasília deve ser entendida como um meio termo entre as duas categorias, talvez mais próxima da categoria modern(ist)a, tendo em vista que o projeto político/econômico de modernidade e o projeto arquitetônico/urbanístico de modernismo se legitimam com elementos e figuras de ancianidade. Em linhas gerais, o tom de cor buscado pelo nosso estudo colore a tela do modernismo e da

modernidade brasileira sustentada por uma moldura repleta de figuras e elementos simbólicos da nação.

A questão do reconhecimento de bens arquitetônicos de origem recente no Comitê do Patrimônio Mundial foi analisada no transcurso da década de 1980, não como um caminho teleológico, mas sim como um traçado sinuoso repleto de meandros e nuances. Tentamos expor alguns dos momentos em que esse debate veio à tona.

Por fim, esperamos que este artigo seja uma contribuição para pesquisas que lidem com a política do Comitê do Patrimônio Mundial no transcurso da década de 1980 em relação aos bens arquitetônicos de origem recente e aos bens edificados com base em projetos arquitetônicos precisamente planejados (cidades planejadas).

REFERÊNCIAS

FONTES

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. [s.l], 1984. Disponível em <https://whc.unesco.org/document/153188> Acesso em 17 nov. 2020.

ICOMOS. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas**. Washington, 1987a. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf> Acesso em 17 nov. 2020.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. Paris, 1987b Disponível em <https://whc.unesco.org/document/153496> Acesso em 01 jun. 2020.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. [s.l], 2005 Disponível em <https://whc.unesco.org/document/153189> Acesso em 11 jan. 2021.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation.** World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. [s.l.], 2016. Disponível em <https://whc.unesco.org/document/152362> Acesso em 12 jan. 2021.

M'BOW, Amadou-Mahtar. **Amadou-Mahtar M'Bow:** entrevista oral [22 out. 2009, Paris]. Entrevistadoras: Mechtild Rössler e Petra Van Den Born. Disponível em: Oral Archives of the World Heritage Convention. Paris, 2009.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** Bureau of the World Heritage Committee. 5th Session. Paris, 20 jul. 1981a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/381> Acesso em 10 nov. 2020.

UNESCO. **Draft Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 5th Session. Sydney, 30 out. 1981b. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/814> Acesso em 10 nov. 2020.

UNESCO. **Lists of cultural and natural properties for inclusion in the World Heritage List.** World Heritage Committee. 7th Session. [s.l.], 1983. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/429> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 7th Session. Paris, jan. 1984a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/888> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Tentative lists of cultural and natural properties received since the 7th session of the World Heritage Committee.** Bureau of the World Heritage Committee. 8th Session. [s.l.], 15 maio 1984c. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/434> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 8th Session. Buenos Aires, 02 nov. 1984b. <https://whc.unesco.org/en/documents/889> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Contemporary architectural structures.** Bureau of the World Heritage Committee. 10th Session. Paris, 11 jun. 1986a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/485> Acesso em 09 nov. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** Bureau of the World Heritage Committee. 10th Session. Paris, 15 set. 1986b. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/496> Acesso em 09 nov. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 10th Session. Paris, 05 dez. 1986c. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/496> Acesso em 10 nov. 2020.

UNESCO. **Nominations of cultural sites to the World Heritage List.** Bureau of the World Heritage Committee. 11th Session. Paris, 28 maio 1987a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/505> Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** Bureau of the World Heritage Committee. 11th Session Paris, 08 ago. 1987b Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/902>. Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Summary Record.** The Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 6th General Assembly. Paris, 30 out. 1987c. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/1185> Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Note on rural landscapes and the World Heritage Convention.** World Heritage Committee. 11th Session. Paris, 12 nov. 1987d. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/521> Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 11th Session. Paris, 20 jan. 1988. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/904>. Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Modern heritage properties on the World Heritage List.** UNESCO, 2006. Disponível em <https://whc.unesco.org/document/117571> Acesso em 30 out. 2020.

BIBLIOGRÁFICAS

A VIDA é um sopro. Direção: Fabiano Maciel. Produção: Martine de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Intérpretes: Oscar Niemeyer, José Saramago, Carlos Heitor Cony, Eduardo Galeano, Ferreira Gullar, Eric Hobsbawn, Nelson Pereira dos Santos, Mário Soares, Chico Buarque, Ítalo Campofiorito e outros. Roteiro: Fabiano Maciel. [S.l.]: Santa Clara; Fundação Oscar Niemeyer; 2007. (90 min).

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001. 815p.

BRASIL. Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. **Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal**. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3751-13-abril-1960-354316publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 01 jun. 2020.

CAMERON, Christina; RÖSSLER, Mechtild. **Many voices, one vision: the early years of the World Heritage Convention**. Londres: Routledge, 2016. 309p.

~~CAMPOFIORITO, Ítalo. Brasília Revisitada. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. especial, p. 171-1990. Disponível em <http://doevirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=RevIPHAN&pagfis=8332&url=http://doevirt.com/doereader.net#> Acesso em 26 nov. 2020.~~

CASALECCHI, José Ênio. Desenvolvimento econômico – política econômica e relações econômicas internacionais. In: CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002. p.19-39.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade – UNESP, 2006. 306p.

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933.

COSTA, Lúcio. **Brasília, cidade que inventei**: Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. 76p.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. **Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília**. Disponível em http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf Acesso em 29 maio 2020.

~~FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase moderna. In FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 131-159. 298p.~~

HEINICH, Nathalie. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? **PROA- Revista de antropologia e arte**, p. 1-13, n. 5, 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/download/2336/1803> Acesso em 04 jan. 2021.

HOLSTON, James. **The modernist city: an anthropological critique of Brasilia**. Chicago: University of Chicago Press, 1989. 369p.

Juscelino Kubitschek. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek Acesso em 07 jul. 2020.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. 477p.

Lúcio Costa. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucio_costa Acesso em 18 fev. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. 583p.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. 1984. Disponível em <https://whc.unesco.org/document/153188> Acesso em 17 nov. 2020.

ICOMOS. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas**. Washington, 1987a. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf> Acesso em 17 nov. 2020.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. Paris, 1987b Disponível em <https://whc.unesco.org/document/153496> Acesso em 01 jun. 2020.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. [s.l], 2005 Disponível em <https://whc.unesco.org/document/153189> Acesso em 11 jan. 2021.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. [s.l], 2016. Disponível em <https://whc.unesco.org/document/152362> Acesso em 12 jan. 2021.

INOUE, Luciana Massami. O patrimônio urbano e as cartas patrimoniais. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 271-286, maio/ago. , 2018. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/4054/2652> Acesso em 11 jan. 2021.

IPHAN. **Missa de Sétimo Dia do ex-presidente do Iphan**. [s.l], 13 abr. 2012. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1095/missa-de-setimo-dia-do-ex-presidente-do-iphan> Acesso em 11 jan. 2021.

MACHADO, Diego Finder. **Marcas da profanação**: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC. Orientadora: Janice Gonçalves. 2018. 440 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, UDESC, 2018.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/3111>. Acesso em 03 jun. 2020.

MESKELL, Lynn. Transacting UNESCO World Heritage: gifts and exchanges on a global stage. **Social Anthropology**, n. 23, v. 1, p. 3-21, 2015.

M'BOW, Amadou-Mahtar. **Amadou-Mahtar M'Bow**: entrevista oral [22 out. 2009, Paris]. Entrevistadores: Mechtild Rössler e Petra Van Den Born. Disponível em: Oral Archives of the World Heritage Convention. Paris, 2009.

OLIVEIRA, Márcio de. O uso da noção de mito em sociologia: analisando os discursos sobre Brasília. **Revista de Ciências Sociais**, v. 36, p.1 05-116, 2005.

PARENT, Michel. L'avenement de la charte internationale pour la sauvegarde des villes historiques. **ICOMOS/Information**, n.2, abr. / jun., p.1-9, 1987.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao status de Patrimônio Mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas**, Rio de Janeiro, n 1, p.23-45, 2002.

PERALVA, Osvaldo. **Brasília, Patrimônio Da Humanidade**: um relatório. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. 244p.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização**: modos de narrar, ler e preservar Brasília. Orientadora: Cláudia Feierabend Baeta Leal. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, 2015.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **Patrimônio em transformação**: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. p.52-77.

REIS, Carlos Madson. **Gestão de centros históricos no Brasil**: as cidades patrimônio mundial, o caso de Brasília e São Luís. Orientadora: Sylvia Fischer. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília - UNB, 2011.

REIS, Carlos Madson. Superquadras de Brasília: uma nova maneira de morar. In: REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PINTO, Ricardo Costa (org.); **Superquadra de Brasília**: preservando um lugar de viver. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2015. p.9-11. 99p.

RIBEIRO, Felipe Castanho. A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude, **Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 226- 247, 2017. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/download/65514/66868> Acesso em 18 fev. 2021.

SANTOS, Marcos Antônio dos. **Brasília e o Tombamento**: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista. In: Seminário Nacional Docomomo/Brasil, 8., 2009, Rio de Janeiro. Disponível em <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/064-1.pdf>. Acesso em 13 jul 2020.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP — Espaço e Tempo**, São Paulo, n.14, p.77-88, 2003.

SILVA, Jéssica Gomes da. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital**. Orientadora: Maria Fernanda Derntl. 2019. 246 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília - UNB, 2019.

SOUZA, Ricardo Luiz. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **História Social**, Campinas, n.13, p.151-171, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/215> Acesso em 06 jan. 2021.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

UNESCO. **Report of the Rapporteur**. Bureau of the World Heritage Committee. 5th Session. Paris, 20 jul. 1981a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/381> Acesso em 10 nov. 2020.

UNESCO. **Draft Report of the Rapporteur**. World Heritage Committee. 5th Session. Sydney, 30 out. 1981b. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/814> Acesso em 10 nov. 2020.

UNESCO. **Lists of cultural and natural properties for inclusion in the World Heritage List**. World Heritage Committee. 7th Session. [s.l.], 1983. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/429> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur**. World Heritage Committee. 7th Session. Paris, jan. 1984a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/888> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Tentative lists of cultural and natural properties received since the 7th session of the World Heritage Committee**. Bureau of the World Heritage Committee. 8th Session.

[s.l.], 15 maio 1984c. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/434> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 8th Session. Buenos Aires, 02 nov. 1984b. <https://whc.unesco.org/en/documents/889> Acesso em 28 out. 2020.

UNESCO. **Contemporary architectural structures.** Bureau of the World Heritage Committee. 10th Session. Paris, 11 jun. 1986a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/485> Acesso em 09 nov. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** Bureau of the World Heritage Committee. 10th Session. Paris, 15 set. 1986b. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/496> Acesso em 09 nov. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 10th Session. Paris, 05 dez. 1986c. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/496> Acesso em 10 nov. 2020.

UNESCO. **Nominations of cultural sites to the World Heritage List.** Bureau of the World Heritage Committee. 11th Session. Paris, 28 maio 1987a. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/505> Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** Bureau of the World Heritage Committee. 11th Session Paris, 08 ago. 1987b Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/902>. Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Summary Record.** The Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 6th General Assembly. Paris, 30 out. 1987c. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/1185> Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Note on rural landscapes and the World Heritage Convention.** World Heritage Committee. 11th Session. Paris, 12 nov. 1987d. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/521> Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Report of the Rapporteur.** World Heritage Committee. 11th Session. Paris, 20 jan. 1988. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/904>. Acesso em 01 jun. 2020.

UNESCO. **Modern heritage properties on the World Heritage List.** UNESCO, 2006. Disponível em <https://whc.unesco.org/document/117571> Acesso em 30 out. 2020.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.** Paris, 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/> Acesso em 28 set. 2020.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: A invenção de uma capital (séculos XIX-XX).** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 352p.

WESTIN, Ricardo. Brasília, a capital que precisou de 150 anos para sair do papel. **Arquivo S – Agência Senado**, abr. 2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/brasil-a-capital-que-precisou-de-150-anos-para-sair-do-papel> Acesso em 07 jul. 2020.

WHC – World Heritage Centre. **Amadou-Mahtar M’Bow** (Biografia). Oral Archives of the World Heritage Convention, 2009. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/oralarchives/amadou-mahtar-mbow> Acesso em 23 fev. 2020.